

A IMPORTÂNCIA DA ADAPTAÇÃO CURRICULAR PARA A EFETIVAÇÃO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

THE IMPORTANCE OF CURRICULUM ADAPTATION FOR THE EFFECTIVE IMPLEMENTATION OF INCLUSIVE EDUCATION

LA IMPORTANCIA DE LA ADAPTACIÓN CURRICULAR PARA LA EFECTIVIZACIÓN DE LA EDUCACIÓN INCLUSIVA

Venilde Duarte da Silva¹
Teresinha de Jesus Ferreira Brito²
Lúcia Rodrigues dos Santos³
Maria do Socorro Gomes Saraiva⁴

RESUMO: O presente estudo aborda a importância da adaptação curricular para a efetivação da educação inclusiva, partindo da compreensão de que a inclusão escolar não se limita ao acesso do estudante ao ensino regular, mas exige condições concretas para sua participação, permanência e aprendizagem. Nesse contexto, a adaptação curricular assume papel fundamental, pois permite flexibilizar o ensino e adequar práticas pedagógicas às necessidades específicas dos alunos, tornando o currículo mais acessível, sensível e comprometido com a diversidade presente no ambiente escolar. O objetivo geral da pesquisa foi analisar a importância da adaptação curricular para a efetivação da educação inclusiva, considerando suas contribuições para a aprendizagem, a participação e o desenvolvimento dos estudantes no contexto escolar. A realização deste estudo se justifica pela relevância social, educacional e pedagógica do tema, uma vez que muitas escolas ainda enfrentam desafios para transformar os princípios da inclusão em práticas concretas, capazes de atender às singularidades dos alunos e garantir o direito de aprender com qualidade e equidade. Metodologicamente, a pesquisa foi desenvolvida por meio de uma revisão de literatura, de caráter qualitativo, descritivo e exploratório, com base em produções científicas e documentos legais relacionados à educação inclusiva e à adaptação curricular, localizados em plataformas acadêmicas como Google Acadêmico, SciELO e Portal de Periódicos da CAPES. A análise do material permitiu compreender que a adaptação curricular é um elemento indispensável para que a inclusão escolar se torne efetiva, pois favorece práticas pedagógicas mais flexíveis, humanizadas e coerentes com a realidade dos estudantes. Conclui-se que a efetivação da educação inclusiva depende do compromisso da escola, da formação dos professores e da construção de estratégias pedagógicas que reconheçam e valorizem a diversidade como parte essencial do processo educativo.

1

Palavras-chave: Educação Inclusiva. Adaptação Curricular. Inclusão Escolar. Currículo.

¹ Mestranda em Ciências da Educação pela Universidad Autónoma de Asunción (UAA),

² Mestranda em Ciências da Educação pela Universidad Autónoma de Asunción (UAA),

³ Mestranda em Ciências da Educação pela Universidad Autónoma de Asunción (UAA),

⁴ Doutoranda em Ciências da Educação PELA Universidad Autónoma de Asunción (UAA).

ABSTRACT: This study addresses the importance of curriculum adaptation for the effective implementation of inclusive education, based on the understanding that school inclusion is not limited to students' access to regular education, but also requires concrete conditions for their participation, permanence, and learning. In this context, curriculum adaptation plays a fundamental role, as it allows for the flexibilization of teaching and the adjustment of pedagogical practices to the specific needs of students, making the curriculum more accessible, sensitive, and committed to the diversity present in the school environment. The general objective of the research was to analyze the importance of curriculum adaptation for the effective implementation of inclusive education, considering its contributions to students' learning, participation, and development in the school context. This study is justified by the social, educational, and pedagogical relevance of the theme, since many schools still face challenges in transforming the principles of inclusion into concrete practices capable of meeting students' individual needs and ensuring the right to learn with quality and equity. Methodologically, the research was developed through a literature review, with a qualitative, descriptive, and exploratory approach, based on scientific publications and legal documents related to inclusive education and curriculum adaptation, found in academic platforms such as Google Scholar, SciELO, and the CAPES Periodicals Portal. The analysis of the material made it possible to understand that curriculum adaptation is an indispensable element for school inclusion to become effective, as it fosters more flexible, humanized, and coherent pedagogical practices aligned with the students' reality. It is concluded that the effective implementation of inclusive education depends on the commitment of the school, the training of teachers, and the construction of pedagogical strategies that recognize and value diversity as an essential part of the educational process.

Keywords: Inclusive Education. Curriculum Adaptation. School Inclusion. Curriculum.

RESUMEN: Este estudio aborda la importancia de la adaptación curricular para la efectivización de la educación inclusiva, partiendo de la comprensión de que la inclusión escolar no se limita al acceso del estudiante a la enseñanza regular, sino que exige condiciones concretas para su participación, permanencia y aprendizaje. En este contexto, la adaptación curricular asume un papel fundamental, ya que permite flexibilizar la enseñanza y adecuar las prácticas pedagógicas a las necesidades específicas de los alumnos, haciendo el currículo más accesible, sensible y comprometido con la diversidad presente en el entorno escolar. El objetivo general de la investigación fue analizar la importancia de la adaptación curricular para la efectivización de la educación inclusiva, considerando sus contribuciones al aprendizaje, la participación y el desarrollo de los estudiantes en el contexto escolar. La realización de este estudio se justifica por la relevancia social, educativa y pedagógica del tema, ya que muchas escuelas aún enfrentan desafíos para transformar los principios de la inclusión en prácticas concretas, capaces de atender las singularidades de los alumnos y garantizar el derecho a aprender con calidad y equidad. Metodológicamente, la investigación se desarrolló mediante una revisión de literatura, de carácter cualitativo, descriptivo y exploratorio, basada en producciones científicas y documentos legales relacionados con la educación inclusiva y la adaptación curricular, localizados en plataformas académicas como Google Académico, SciELO y el Portal de Periódicos de CAPES. El análisis del material permitió comprender que la adaptación curricular es un elemento indispensable para que la inclusión escolar se vuelva efectiva, ya que favorece prácticas pedagógicas más flexibles, humanizadas y coherentes con la realidad de los estudiantes. Se concluye que la efectivización de la educación inclusiva depende del compromiso de la escuela, de la formación de los docentes y de la construcción de estrategias pedagógicas que reconozcan y valoren la diversidad como parte esencial del proceso educativo.

Palabras clave: Educación Inclusiva. Adaptación Curricular. Inclusión Escolar. Currículo.

INTRODUÇÃO

A educação inclusiva tem ocupado um espaço cada vez mais importante nas discussões educacionais, especialmente por estar diretamente relacionada ao direito de todos os estudantes a uma aprendizagem significativa, respeitosa e acessível. Nesse cenário, a adaptação curricular se apresenta como um elemento fundamental para que a inclusão aconteça de forma concreta dentro da escola, ultrapassando a ideia de simples inserção do aluno no ensino regular. Quando se fala em inclusão, não se trata apenas de garantir matrícula, permanência física ou socialização, mas de assegurar que cada estudante tenha condições reais de participar das atividades escolares, compreender os conteúdos, desenvolver suas potencialidades e ser reconhecido em sua singularidade. Assim, pensar a importância da adaptação curricular para a efetivação da educação inclusiva significa refletir sobre a necessidade de flexibilizar práticas, reorganizar estratégias pedagógicas e construir um currículo mais sensível à diversidade humana presente no espaço escolar.

Diante dessa compreensão, o objetivo geral deste estudo é analisar a importância da adaptação curricular para a efetivação da educação inclusiva, considerando suas contribuições para a aprendizagem, a participação e o desenvolvimento dos estudantes no ambiente escolar. Como objetivos específicos, busca-se compreender os fundamentos da educação inclusiva e sua relação com a adaptação curricular no contexto escolar, identificar os principais desafios enfrentados pelos professores e pela escola na implementação de adaptações curriculares para atender à diversidade dos estudantes e discutir como a adaptação curricular pode favorecer a participação, a permanência e a aprendizagem significativa dos alunos público-alvo da educação inclusiva. Esses objetivos foram definidos com a intenção de promover uma reflexão mais aprofundada sobre o tema, articulando os aspectos teóricos e pedagógicos que envolvem a construção de práticas inclusivas.

Quanto à metodologia, o presente estudo foi desenvolvido por meio de uma revisão de literatura, por se tratar de uma abordagem que permite reunir, analisar e discutir produções científicas já publicadas sobre o tema investigado.

A justificativa para a realização desta pesquisa está relacionada à relevância social, educacional e pedagógica da temática. Em muitas realidades escolares, ainda se observa que a inclusão acontece de forma limitada, marcada pela presença do aluno na sala de aula, mas sem a garantia de um ensino verdadeiramente acessível e adaptado às suas necessidades. Isso demonstra que a efetivação da educação inclusiva depende de mudanças concretas no currículo,

no planejamento e nas metodologias de ensino. Nesse sentido, estudar a adaptação curricular torna-se essencial, pois ela representa uma das principais possibilidades de tornar o processo educativo mais equitativo, acolhedor e comprometido com o direito de aprender de todos. Além disso, a pesquisa se justifica por contribuir para ampliar o debate sobre o papel da escola e do professor na construção de práticas pedagógicas que respeitem os diferentes modos de aprender, fortalecendo a compreensão de que a diversidade não deve ser vista como obstáculo, mas como parte constitutiva da vida escolar.

Diante do exposto, o problema de pesquisa que orienta este estudo pode ser assim formulado: como a adaptação curricular contribui para a efetivação da educação inclusiva no contexto escolar, considerando os desafios e as possibilidades presentes na prática pedagógica?

MÉTODOS

O presente estudo foi desenvolvido por meio de uma revisão de literatura, abordagem metodológica que possibilita reunir, analisar e discutir produções científicas já publicadas sobre determinado tema, permitindo uma compreensão mais ampla e fundamentada do objeto investigado. A escolha por esse tipo de pesquisa ocorreu em razão da necessidade de aprofundar as discussões acerca da importância da adaptação curricular para a efetivação da educação inclusiva, tomando como base contribuições teóricas, legais e pedagógicas produzidas no campo educacional. Esse tipo de revisão se mostra especialmente relevante porque permite identificar conceitos, tendências, desafios e possibilidades presentes na literatura, oferecendo sustentação teórica para a análise do tema.

Para a realização da busca bibliográfica, foram definidos descritores relacionados diretamente ao objeto de estudo, com o objetivo de localizar trabalhos que abordassem a adaptação curricular e sua relação com a educação inclusiva. Entre os principais descritores utilizados, destacam-se: educação inclusiva, adaptação curricular, flexibilização curricular, inclusão escolar, práticas pedagógicas inclusivas, formação docente para inclusão e currículo inclusivo. Em algumas buscas, os descritores foram combinados entre si por meio de operadores booleanos, como AND e OR, a fim de ampliar ou refinar os resultados encontrados. Essa estratégia contribuiu para tornar o levantamento mais preciso e coerente com os objetivos da pesquisa.

As buscas foram realizadas em plataformas reconhecidas no meio acadêmico, escolhidas por sua relevância na divulgação de estudos científicos na área da educação. Entre as principais

bases consultadas, destacam-se o Google Acadêmico, por sua ampla cobertura de produções científicas, a SciELO, pela concentração de periódicos de acesso aberto de grande importância para a área, e o Portal de Periódicos da CAPES, que reúne artigos, dissertações e teses nacionais e internacionais. Também foram consideradas publicações disponíveis em revistas científicas eletrônicas voltadas à educação e à inclusão escolar, desde que apresentassem relação direta com o tema e consistência acadêmica.

Para garantir maior rigor na seleção do material, foram estabelecidos critérios de inclusão e exclusão. Como critérios de inclusão, consideraram-se: artigos científicos, dissertações, teses e trabalhos acadêmicos publicados em língua portuguesa; estudos com acesso ao texto completo; publicações que abordassem diretamente a adaptação curricular, a educação inclusiva, a atuação docente, o currículo escolar ou práticas pedagógicas relacionadas à inclusão; além de produções recentes e pertinentes ao contexto educacional brasileiro. Também foram incluídos documentos legais e normativos que contribuem para a compreensão do direito à educação inclusiva e da organização curricular no país, por serem fundamentais para a fundamentação do estudo.

Quanto aos critérios de exclusão, foram descartados trabalhos duplicados nas bases de dados, estudos que apresentavam apenas menção superficial ao tema sem aprofundamento teórico, publicações fora do recorte temático proposto, resumos sem texto completo disponível e materiais que não demonstravam consistência científica ou relação efetiva com os objetivos da pesquisa. Também foram excluídos trabalhos cujo foco estivesse distante da realidade escolar ou da discussão sobre adaptação curricular, evitando, assim, a inclusão de referências que não contribuíssem de forma significativa para a análise proposta.

Após a etapa de levantamento, foi realizada a leitura exploratória dos títulos, resumos e palavras-chave das publicações encontradas, com a finalidade de identificar sua pertinência em relação ao tema. Em seguida, os textos selecionados passaram por uma leitura analítica e interpretativa, permitindo extrair as ideias principais, os conceitos centrais, os argumentos dos autores e as contribuições mais relevantes para a construção do referencial teórico. Esse processo possibilitou organizar o material em eixos temáticos, favorecendo uma análise articulada entre os fundamentos da educação inclusiva, a adaptação curricular no contexto escolar e o papel do professor e da escola na efetivação da inclusão.

Assim, a metodologia adotada neste estudo buscou assegurar coerência entre os objetivos propostos e o percurso investigativo desenvolvido. A revisão de literatura permitiu reunir

diferentes contribuições acadêmicas e legais sobre a temática, oferecendo uma base sólida para refletir sobre a importância da adaptação curricular como caminho para a consolidação de práticas educacionais mais inclusivas. Desse modo, o percurso metodológico não apenas sustentou teoricamente a pesquisa, mas também possibilitou um olhar mais ampliado, crítico e comprometido com a construção de uma escola que reconheça e valorize a diversidade como parte essencial do processo educativo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A educação inclusiva representa uma transformação profunda no modo de compreender a escola, o ensino e o próprio direito de aprender. Mais do que garantir o acesso físico do estudante com deficiência ao espaço escolar, ela exige o reconhecimento de que todos os sujeitos têm o direito de participar, aprender e se desenvolver em condições de dignidade, respeito e equidade. Trata-se, portanto, de uma concepção educacional que rompe com práticas excludentes e com a lógica da homogeneização, valorizando a diversidade como elemento constitutivo da experiência humana. De acordo com Santos et al. (2025), a educação inclusiva só se sustenta de forma consistente quando está apoiada em fundamentos teóricos sólidos, capazes de orientar práticas pedagógicas comprometidas com a participação de todos.

6

Quando se fala em fundamentos da educação inclusiva, é preciso compreender que ela se baseia na ideia de que a diferença não deve ser vista como problema, mas como parte natural da realidade escolar. Isso significa reconhecer que cada estudante aprende de uma maneira, em um ritmo próprio e a partir de necessidades específicas que precisam ser acolhidas no cotidiano pedagógico. Nesse sentido, a inclusão não é favor, concessão ou medida compensatória, mas um direito que exige revisão de posturas, currículos, metodologias e formas de avaliação. Como destacam Serrão et al. (2025), a construção histórica do direito à escolarização das pessoas com deficiência no Brasil revela um longo percurso de lutas sociais e jurídicas em defesa do reconhecimento da educação como direito universal.

Os princípios da educação inclusiva dialogam diretamente com valores como igualdade de oportunidades, respeito às diferenças, acessibilidade, participação plena e permanência com qualidade no ambiente escolar. Esses princípios indicam que não basta inserir o aluno na escola regular sem oferecer as condições necessárias para sua aprendizagem efetiva. A inclusão precisa ser vivida nas relações, nas práticas docentes, na organização da escola e nas decisões pedagógicas que orientam o trabalho educativo. De acordo com Cruz e Moreira (2025), a política

de educação inclusiva no Brasil avançou significativamente no plano normativo, mas ainda enfrenta obstáculos importantes quando se trata da concretização desses princípios na prática cotidiana das instituições de ensino.

No contexto educacional, a importância da educação inclusiva se torna ainda mais evidente porque ela contribui para a construção de uma escola mais democrática, mais humana e mais comprometida com a justiça social. Ao reconhecer que todos os estudantes possuem potencialidades e direito a experiências significativas de aprendizagem, a inclusão fortalece vínculos, amplia possibilidades de participação e combate formas históricas de segregação. A escola inclusiva também beneficia toda a comunidade escolar, pois ensina convivência, empatia, cooperação e respeito mútuo. Como afirmam Santos e Reis (2026), a legislação brasileira passou a consolidar a inclusão como princípio estruturante da educação, reforçando o dever do Estado e das instituições em assegurar condições reais de escolarização para todos.

No Brasil, os marcos legais da educação inclusiva constituem uma base essencial para a consolidação desse direito. A Constituição Federal de 1988 já estabelece a educação como direito de todos e dever do Estado e da família, abrindo espaço para uma compreensão mais ampla do acesso e da permanência escolar. Posteriormente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e a Lei Brasileira de Inclusão fortaleceram o entendimento de que os estudantes com deficiência devem ter garantido o acesso à escola comum com os apoios necessários ao seu desenvolvimento. De acordo com Santos e Reis (2026), esse percurso legal demonstra que a inclusão deixou de ser tratada como medida periférica para se tornar compromisso central das políticas educacionais brasileiras.

Entretanto, reconhecer os marcos legais não significa ignorar os desafios que ainda persistem. Muitas escolas convivem com limitações relacionadas à formação docente, à ausência de recursos pedagógicos acessíveis, à precariedade estrutural e à dificuldade de implementação de práticas curriculares realmente inclusivas. Isso revela que a efetividade da legislação depende de investimentos contínuos, planejamento institucional e mudança de cultura escolar. Nesse cenário, a distância entre o que está previsto na norma e o que acontece na prática ainda constitui uma das maiores fragilidades da educação inclusiva brasileira. Como observam Cruz e Moreira (2025), os avanços legais são inegáveis, mas a consolidação da inclusão requer enfrentamento crítico das barreiras que dificultam sua materialização.

Outro aspecto importante dentro dos marcos contemporâneos da inclusão é a presença da tecnologia assistiva como recurso de acessibilidade e mediação da aprendizagem. Quando utilizada de forma articulada ao planejamento pedagógico, ela pode ampliar a autonomia dos estudantes e favorecer sua participação nas atividades escolares. No entanto, a simples existência de recursos não garante inclusão, pois é necessário que haja intencionalidade pedagógica, formação adequada e compromisso institucional com seu uso significativo. De acordo com Santana et al. (2026), a tecnologia assistiva ocupa lugar relevante nos marcos normativos da educação inclusiva, mas sua efetividade depende da capacidade da escola de transformar previsão legal em prática pedagógica concreta.

Dessa forma, compreender os fundamentos, os princípios e os marcos legais da educação inclusiva é essencial para fortalecer uma educação comprometida com o direito de todos à aprendizagem. Mais do que cumprir normas, incluir é assumir uma postura ética diante da diversidade humana, reconhecendo que cada estudante merece ser visto em sua singularidade e acolhido em suas necessidades. A educação inclusiva, quando sustentada por bases teóricas consistentes e por legislação efetivamente aplicada, torna-se caminho para a construção de uma escola mais justa, sensível e transformadora. Como reforçam Santos et al. (2025), a inclusão exige fundamentos sólidos justamente porque não se realiza apenas por discurso, mas por práticas intencionais que reconhecem a dignidade e o potencial de cada sujeito.

8

Pensar a adaptação curricular no contexto escolar é, antes de tudo, reconhecer que a aprendizagem não acontece de forma igual para todos os estudantes. Cada aluno chega à escola com histórias, ritmos, potencialidades e necessidades distintas, e é justamente nesse encontro com a diversidade que o currículo precisa ganhar flexibilidade e sentido. A adaptação curricular surge, nesse cenário, como uma estratégia pedagógica essencial para garantir que o processo de ensino e aprendizagem seja acessível, participativo e significativo para todos. De acordo com Santos, Oliveira e Pereira (2025), a flexibilização e a adaptação curricular constituem elementos fundamentais para que a prática pedagógica inclusiva deixe de ser apenas um ideal e se converta em ação concreta dentro da escola.

A adaptação curricular pode ser compreendida como um conjunto de ajustes realizados no planejamento, nos conteúdos, nas metodologias, nos recursos didáticos, no tempo pedagógico e nas formas de avaliação, com o objetivo de responder às necessidades específicas dos estudantes sem excluir sua participação no currículo comum. Isso significa que adaptar não é empobrecer o ensino, nem criar um percurso paralelo sem vínculo com a proposta escolar, mas

encontrar caminhos possíveis para que o aluno tenha condições reais de aprender. Como destaca Gonçalves (2025), as adaptações curriculares estão diretamente relacionadas às práticas de diferenciação pedagógica, pois consideram que ensinar exige sensibilidade para perceber que os sujeitos não aprendem todos da mesma maneira.

Na prática escolar, a adaptação curricular acontece em diferentes níveis e pode assumir formatos variados, dependendo das características do estudante e das demandas apresentadas no cotidiano da sala de aula. Em alguns casos, os ajustes são mais simples, envolvendo mudanças na linguagem utilizada pelo professor, no tempo destinado às atividades ou na forma de apresentação dos conteúdos. Em outros, podem exigir reorganização mais ampla, com uso de materiais concretos, recursos visuais, apoio tecnológico e estratégias de mediação mais individualizadas. De acordo com Rocha et al. (2025), a produção de recursos pedagógicos adaptados e a reorganização intencional das atividades contribuem significativamente para ampliar o acesso dos estudantes ao conhecimento e fortalecer sua permanência com participação ativa na escola.

Entre os tipos de adaptação curricular, é comum destacar as adaptações de pequeno porte, que podem ser realizadas diretamente pelo professor no cotidiano da sala de aula, sem necessidade de grandes alterações estruturais. Essas adaptações incluem, por exemplo, mudanças no ritmo da atividade, adequação de instruções, diversificação de estratégias de ensino e ajustes nos instrumentos avaliativos. Elas são extremamente importantes porque demonstram que a inclusão também se constrói em ações aparentemente simples, mas profundamente significativas para a aprendizagem. De acordo com Santos, Oliveira e Pereira (2025), as adaptações de pequeno porte possuem respaldo legal, conceitual e pedagógico, sendo fundamentais para orientar práticas inclusivas que respeitem o direito de aprender.

Além dessas, existem adaptações mais amplas, que podem envolver revisão de objetivos pedagógicos, priorização de conteúdos essenciais e reorganização mais profunda das expectativas de aprendizagem, sempre considerando as condições e possibilidades do estudante. Nesses casos, o trabalho articulado entre professores, equipe pedagógica e, quando necessário, profissionais de apoio torna-se indispensável para que as decisões não sejam improvisadas, mas construídas com responsabilidade e intencionalidade educativa. Nesse sentido, a adaptação curricular não deve ser entendida como um ato isolado do professor, mas como parte de uma cultura escolar inclusiva. Como afirma Gonçalves (2025), a efetivação da inclusão depende da

capacidade da escola de assumir a diferenciação pedagógica como princípio de organização do trabalho educativo.

Outro aspecto importante é compreender que a adaptação curricular não beneficia apenas os alunos público-alvo da educação especial. Quando a escola flexibiliza suas práticas, ela cria oportunidades mais amplas de aprendizagem para todos os estudantes, inclusive aqueles que enfrentam dificuldades temporárias, barreiras sociais, emocionais ou cognitivas. Assim, adaptar o currículo é também democratizar o ensino, tornando-o mais sensível às múltiplas formas de participação e construção do conhecimento. De acordo com Rocha et al. (2025), as experiências escolares que investem em adaptações curriculares e em recursos pedagógicos acessíveis tendem a favorecer não apenas o desempenho acadêmico, mas também a autoestima, a autonomia e o pertencimento dos estudantes.

No entanto, para que a adaptação curricular aconteça de forma consistente, a formação docente ocupa um lugar central. O professor precisa compreender os fundamentos da inclusão, conhecer possibilidades metodológicas, desenvolver olhar atento para as singularidades dos alunos e sentir-se apoiado no processo de planejamento e mediação pedagógica. Sem formação adequada, muitos docentes acabam vivenciando insegurança, sobrecarga e dúvidas sobre como adaptar sem comprometer a qualidade do ensino. De acordo com Farias, Glória e Silva (2024), a formação do professor é decisiva no processo de mediação e adaptação curricular, especialmente quando se trata de atender crianças com necessidades educacionais específicas, pois é ela que sustenta escolhas pedagógicas mais conscientes e eficazes.

10

Nesse processo, a mediação pedagógica também ganha destaque, porque a adaptação curricular não se resume a modificar tarefas, mas envolve a construção de pontes entre o estudante e o conhecimento. O professor mediador observa, escuta, experimenta estratégias, reorganiza percursos e busca tornar o conteúdo mais compreensível e acessível. Essa postura exige sensibilidade, compromisso e disponibilidade para repensar práticas tradicionais que nem sempre acolhem a diversidade presente na escola. Como apontam Farias, Glória e Silva (2024), adaptar curricularmente demanda uma atuação docente comprometida com a alfabetização, o letramento e o desenvolvimento integral, respeitando as especificidades do aluno sem desconsiderar suas potencialidades.

Dessa forma, a adaptação curricular no contexto escolar deve ser entendida como uma ferramenta essencial para a efetivação da educação inclusiva. Ela permite que o currículo deixe de ser barreira e se transforme em possibilidade, favorecendo o acesso, a participação e a

aprendizagem dos estudantes em sua diversidade. Mais do que uma exigência técnica, adaptar é um gesto pedagógico de compromisso com a equidade e com o direito de aprender. Quando a escola compreende esse movimento e o incorpora em sua prática cotidiana, a inclusão deixa de ser discurso e passa a se materializar nas experiências concretas de cada aluno. De acordo com Santos, Oliveira e Pereira (2025), adaptar o currículo é reconhecer que ensinar, em uma perspectiva inclusiva, exige flexibilidade, intencionalidade e respeito profundo à singularidade humana.

Falar sobre a efetivação da inclusão escolar é falar, necessariamente, sobre pessoas, relações e compromissos que se constroem no cotidiano da escola. A inclusão não acontece apenas porque existe uma lei, uma matrícula realizada ou um discurso institucional favorável. Ela se concretiza nas práticas diárias, na forma como o professor acolhe o estudante, no modo como a escola organiza seu trabalho e na disposição coletiva para reconhecer que cada aluno tem direito de aprender e participar plenamente da vida escolar. De acordo com Camargo et al. (2025), o papel da escola na inclusão de alunos com necessidades especiais exige uma postura institucional ativa, capaz de transformar princípios inclusivos em ações reais no ambiente educativo.

Dentro desse processo, o professor ocupa um lugar central, pois é ele quem, na maioria das vezes, estabelece o contato mais direto com o estudante e conduz as mediações entre o aluno, o conhecimento e a convivência escolar. Sua atuação vai muito além da transmissão de conteúdos, porque envolve escuta, observação, sensibilidade e capacidade de reorganizar estratégias para atender às singularidades da turma. O professor inclusivo não é aquele que tem todas as respostas prontas, mas aquele que se dispõe a aprender com a diversidade e a construir caminhos possíveis para que todos avancem. Como destaca Morosini (2025), o papel do professor no processo de inclusão, especialmente no atendimento ao aluno com transtorno do espectro autista, é decisivo para favorecer participação, segurança emocional e desenvolvimento no espaço escolar.

Entretanto, é importante reconhecer que nenhum professor consegue sustentar práticas inclusivas consistentes apenas com boa vontade. A formação docente é um dos pilares mais importantes para que a inclusão se torne efetiva, porque é por meio dela que o educador amplia conhecimentos, revê concepções, compreende as especificidades dos estudantes e fortalece sua prática pedagógica. Quando a formação é insuficiente ou distante da realidade da escola, muitos professores se sentem inseguros, sobrecarregados e sem apoio para lidar com os desafios do

cotidiano inclusivo. De acordo com Silva et al. (2025), a formação docente no século XXI precisa preparar o educador para atuar em contextos diversos, reconhecendo a inclusão escolar como uma exigência ética, pedagógica e social.

Nesse sentido, o planejamento pedagógico assume uma função essencial, pois é nele que a inclusão deixa de ser intenção genérica e passa a se materializar em escolhas concretas. Planejar de forma inclusiva significa pensar em objetivos acessíveis, estratégias diversificadas, recursos pedagógicos adequados, tempos diferenciados e formas de avaliação que respeitem as possibilidades de cada estudante. Isso não significa reduzir a aprendizagem, mas criar condições para que ela aconteça de maneira mais justa e significativa. Como afirmam Silva et al. (2025), o educador contemporâneo precisa compreender que o planejamento inclusivo não é um complemento do trabalho docente, mas parte constitutiva de uma prática comprometida com o direito de aprender de todos.

Além do professor regente, o professor de apoio também desempenha um papel importante em muitas realidades escolares, especialmente quando se trata do acompanhamento de estudantes com necessidades mais específicas. Sua presença pode favorecer mediações pedagógicas, auxiliar na organização da rotina, contribuir para a comunicação e ampliar as possibilidades de participação do aluno nas atividades propostas. No entanto, esse trabalho precisa ocorrer em articulação com o professor da turma e com a proposta pedagógica da escola, para que não se crie uma lógica de separação dentro da própria inclusão. De acordo com Cabanêz et al. (2025), o professor de apoio tem papel relevante na aprendizagem de estudantes com TEA no ensino regular, desde que sua atuação esteja integrada ao trabalho coletivo da escola e centrada na promoção da autonomia do aluno.

12

A escola, por sua vez, precisa assumir a inclusão como compromisso institucional, e não como responsabilidade isolada de um ou outro profissional. Isso envolve construir uma cultura escolar acolhedora, investir em formação continuada, rever práticas excludentes, promover acessibilidade e fortalecer ações colaborativas entre docentes, equipe gestora e demais profissionais. Quando a gestão escolar compreende a inclusão como valor e prioridade, cria-se um ambiente mais favorável para que os professores atuem com apoio, reflexão e segurança. De acordo com Camargo et al. (2025), a escola inclusiva é aquela que organiza seus espaços, suas práticas e suas relações de modo a garantir não apenas o acesso, mas também a permanência e a aprendizagem dos estudantes com necessidades especiais.

Outro ponto fundamental nesse processo é a parceria entre escola, família e comunidade. A inclusão se fortalece quando existe diálogo, escuta mútua e construção compartilhada de estratégias que favoreçam o desenvolvimento do estudante. A família traz informações importantes sobre a criança, suas vivências, suas necessidades e suas potencialidades, enquanto a escola oferece o olhar pedagógico e o acompanhamento sistemático da aprendizagem. Já a comunidade amplia a rede de apoio e contribui para a consolidação de uma cultura mais inclusiva e respeitosa com as diferenças. Como ressaltam Boniatti et al. (2025), a parceria entre escola, família e comunidade é indispensável para promover inclusão escolar de forma mais consistente, humana e participativa.

Nesse cenário, efetivar a inclusão exige um trabalho coletivo, contínuo e comprometido com a superação das barreiras que ainda limitam a participação de muitos estudantes. Não se trata apenas de adaptar conteúdos ou atender demandas pontuais, mas de construir uma escola que reconheça a diversidade como riqueza e que compreenda o ensino como prática de cuidado, justiça e responsabilidade social. O professor, a equipe escolar, a família e a comunidade precisam caminhar juntos para que a inclusão deixe de ser promessa e se torne experiência concreta na vida dos alunos. De acordo com Morosini (2025), incluir é acolher o estudante em sua singularidade e oferecer condições reais para que ele possa aprender, conviver e se desenvolver com dignidade.

13

Assim, o papel do professor e da escola na efetivação da inclusão é profundamente complementar. O docente atua na mediação direta da aprendizagem, enquanto a escola cria as condições estruturais, pedagógicas e relacionais para que essa mediação aconteça com qualidade. Quando há formação, planejamento, trabalho colaborativo e compromisso institucional, a inclusão ganha força e deixa marcas positivas não apenas no percurso do estudante com necessidades específicas, mas em toda a comunidade escolar. De acordo com Boniatti et al. (2025), uma inclusão escolar verdadeira se constrói no encontro entre responsabilidade coletiva, escuta sensível e ação pedagógica intencional, tornando a escola um espaço de pertencimento para todos.

CONCLUSÃO

Ao longo deste estudo, foi possível compreender que discutir a adaptação curricular é, na verdade, discutir o próprio sentido da educação inclusiva dentro da escola. Isso porque não existe inclusão real quando o estudante apenas ocupa uma carteira em sala de aula, mas continua

distante das experiências de aprendizagem, das interações e das oportunidades que o espaço escolar deveria garantir. A pesquisa evidenciou que a adaptação curricular não é um detalhe complementar no processo educativo, mas uma condição essencial para que o ensino alcance, de forma mais justa e significativa, os diferentes sujeitos que compõem o ambiente escolar.

Refletir sobre a educação inclusiva também permitiu perceber que seus fundamentos ultrapassam a ideia de acolhimento simbólico. Incluir exige compromisso ético, sensibilidade pedagógica e responsabilidade institucional. Os marcos legais brasileiros já apontam, de forma bastante clara, que a educação é um direito de todos e que a escola deve organizar-se para responder à diversidade humana. No entanto, o estudo mostrou que, entre o que está previsto na legislação e o que se concretiza na prática, ainda existem desafios importantes, especialmente no que se refere à formação docente, ao planejamento pedagógico e à efetivação de estratégias realmente inclusivas no cotidiano escolar.

No percurso construído, tornou-se evidente que a adaptação curricular representa uma ferramenta indispensável para aproximar o currículo das necessidades reais dos estudantes. Quando o professor reorganiza metodologias, diversifica recursos, flexibiliza atividades e respeita diferentes tempos de aprendizagem, ele não está reduzindo a qualidade do ensino, mas ampliando as possibilidades de participação e desenvolvimento. Essa compreensão é fundamental, porque rompe com visões equivocadas que tratam a adaptação como privilégio ou simplificação. Na verdade, adaptar o currículo é reconhecer que ensinar bem também significa ensinar com equidade, considerando que os alunos não aprendem da mesma forma, nem no mesmo ritmo.

14

Outro ponto importante evidenciado neste trabalho foi o papel do professor e da escola na construção de práticas inclusivas. A inclusão não pode ser sustentada apenas pelo esforço individual do docente, embora sua atuação seja central nesse processo. Ela depende de uma escola comprometida, de uma gestão que valorize a formação continuada, de planejamento coletivo, de diálogo com as famílias e de uma cultura institucional que enxergue a diferença não como obstáculo, mas como parte legítima da vida escolar. Assim, a inclusão deixa de ser um discurso bonito e passa a ganhar forma nas escolhas pedagógicas, nas relações cotidianas e nas oportunidades oferecidas a cada estudante.

Também foi possível concluir que a formação de professores ocupa lugar decisivo nesse caminho. Muitos dos desafios enfrentados na efetivação da inclusão estão relacionados à insegurança docente diante da diversidade presente na sala de aula. Por isso, investir em

formação inicial e continuada é fortalecer o professor para que ele possa compreender melhor os processos de aprendizagem, ampliar seu repertório metodológico e atuar com mais confiança e intencionalidade. A adaptação curricular exige conhecimento, reflexão e sensibilidade, e tudo isso precisa ser cultivado por meio de políticas formativas que dialoguem com a realidade concreta da escola.

Dessa forma, conclui-se que a adaptação curricular é um dos principais caminhos para transformar a educação inclusiva em prática efetiva, e não apenas em princípio legal ou ideal pedagógico. Sua importância está justamente em possibilitar que o currículo escolar se torne mais acessível, mais flexível e mais humano, favorecendo o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem dos estudantes em sua pluralidade. Falar de adaptação curricular é falar sobre justiça educacional, sobre respeito às singularidades e sobre o compromisso de construir uma escola em que todos tenham o direito real de aprender.

Por fim, este estudo reafirma que a efetivação da educação inclusiva depende de um movimento coletivo, contínuo e profundamente comprometido com a dignidade humana. Não basta reconhecer a diversidade em teoria; é preciso traduzi-la em práticas, em decisões e em posturas que façam da escola um espaço de pertencimento. Quando a adaptação curricular é compreendida como parte desse compromisso, a inclusão deixa de ser promessa e passa a ser experiência concreta. E é justamente nessa direção que a escola pode se tornar mais democrática, mais sensível e mais coerente com sua função social de educar a todos, sem exceção.

REFERÊNCIAS

- BONIATTI, Adriana et al. A importância da parceria entre escola, família e comunidade na promoção da inclusão escolar. *Revista Ilustração*, v. 6, n. 2, p. 77-88, 2025.
- CABANÊZ, Paula Alvarez et al. O papel do professor de apoio na aprendizagem de estudantes com TEA no ensino regular. *ARACÊ*, v. 7, n. 12, p. e11346-e11346, 2025.
- CAMARGO, Renata Nunes et al. O papel da escola na inclusão de alunos com necessidades especiais. *Missioneira*, v. 27, n. 3, p. 87-95, 2025.
- CRUZ, Jamille Mendonça; MOREIRA, Ana Maria Nogueira. Política de educação inclusiva no Brasil: análise crítica dos marcos legais e dos desafios de implementação. *Humanidades e Tecnologia (FINOM)*, v. 10, n. 1, p. 55-70, 2025.
- FARIAS, Elaine Cristina da Silva Brito; GLÓRIA, Wagner Teixeira; DE FÁTIMA SILVA, Rita. A importância da formação do professor(a) no processo de mediação e adaptação curricular na alfabetização e letramento de crianças com transtorno do espectro autista. *Revista Diálogos Interdisciplinares*, v. 4, n. 16, p. 965-999, 2024.

GONÇALVES, Maria Luseni. Adaptações curriculares e o processo de inclusão: um olhar sobre as práticas de diferenciação no contexto escolar brasileiro. *International Integralize Scientific*, v. 5, n. 52, 2025.

MOROSINI, Tânia Regina Souza. O papel do professor no processo de inclusão do aluno com transtorno de espectro autista. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, v. 11, n. 11, p. 1886-1895, 2025.

ROCHA, Luis Félix de Barros Vieira et al. A importância das adaptações curriculares no processo de inclusão escolar: experiências e produção de recursos pedagógicos. *Caderno Pedagógico*, v. 22, n. 11, p. e19829-e19829, 2025.

SANTANA, Eugênio Jesus et al. Tecnologia assistiva na educação inclusiva: entre os marcos normativos e a efetividade das práticas pedagógicas. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, v. 12, n. 3, p. 1-16, 2026.

SANTOS, Alissandra Carvalho et al. Educação inclusiva: a necessidade de fundamentos sólidos. *Caderno Pedagógico*, v. 22, n. 10, p. e19405-e19405, 2025.

SANTOS, Anderson Oramisio; DE OLIVEIRA, Guilherme Saramago; PEREIRA, Silvânia Santos. Flexibilização e adaptação curricular de pequeno porte: apontamentos legais, conceituais e orientadores à prática pedagógica inclusiva. *Cadernos da FUCAMP*, v. 42, 2025.

SANTOS, Clesiany Silva Santos; DE ARAUJO REIS, Anderson. Legislação como vetor da educação inclusiva no Brasil: da Constituição à Lei Brasileira de Inclusão. *Sala 8 Revista Internacional em Políticas Currículo Práticas e Gestão da Educação*, v. 1, n. 10, p. 202-217, 2026. 16

SERRÃO, Edivana Monteiro et al. A educação inclusiva e a constituição histórica do direito à escolarização das pessoas com deficiência no Brasil. *RCMOS - Revista Científica Multidisciplinar O Saber*, v. 1, n. 2, 2025.

SILVA, Marly Gonçalves et al. Formação docente e inclusão escolar: o papel do educador no século XXI. *Missioneira*, v. 27, n. 6, p. 15-26, 2025.